

Unisoja S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Unisoja S.A.
Rondonópolis – MT

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unisoja S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unisoja S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 24b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas reconheceram a reversão de provisão para contingência que havia reconhecida indevidamente em exercícios anteriores, no montante de R\$ 2.966 mil e R\$ 6.604 mil, respectivamente, integralmente no resultado do exercício, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas está apresentado a maior em R\$ 2.966 mil e R\$ 6.604 mil, respectivamente, líquido dos efeitos tributários. Adicionalmente, nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 05 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Unisoja S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	67.897	64.864	48.777	16.317	Fornecedores e outras contas a pagar	15	15.132	10.460	745	4.040
Contas a receber e outros recebíveis	11	104.411	87.237	13.705	56.417	Adiantamento de clientes		1.188	6.019	150	6.019
Estoques	12	6.069	4.249	-	3.297	Salários, férias e encargos sociais	16	12.702	11.542	128	3.484
Impostos sobre a renda e contribuições social a recuperar		1.854	8.612	1.569	3.977	Imposto sobre a renda e contribuições social	22.h	11.972	26.301	3.130	12.035
Impostos a recuperar		4.672	3.405	2.484	3.324	Obrigações fiscais	17	19.122	13.085	4.077	7.147
Adiantamentos a fornecedores		3.026	886	330	45	Passivos de arrendamento	26	5.246	-	-	-
Dividendos a receber	26	-	-	10.568	4.023	Dividendos a pagar	27	12.046	13.545	9.831	12.241
Outros créditos		1.291	574	11	335						
Total do ativo circulante		189.220	169.827	77.444	87.735	Total do passivo circulante		77.408	80.952	18.061	44.966
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	11	7.014	9.555	7.014	9.555	Passivos de arrendamento	26	12.460	-	-	-
Impostos sobre a renda e contribuições social a recuperar		432	-	432	-	Total do realizável a longo prazo		12.460	-	-	-
Impostos a recuperar		4.670	-	4.670	-						
Imposto renda e contribuição diferido	21.c	5.411	3.960	3.136	2.898	Patrimônio líquido					
Total do realizável a longo prazo		17.527	13.515	15.252	12.453	Capital social	19	86.274	86.274	86.274	86.274
Outros investimentos	13	523	479	67.749	45.997	Ações em tesouraria		(2.812)	(2.812)	(2.812)	(2.812)
Imobilizado	14	42.844	38.489	14.918	25.260	Reservas de lucros		73.842	43.175	73.842	43.175
Intangível		1.112	810	2	158	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		157.304	126.637	157.304	126.637
Direito de uso	26	18.279	-	-	-	Participação de não controladores		22.333	15.531	-	-
		62.758	39.778	82.669	71.415	Total do patrimônio líquido		179.637	142.168	157.304	126.637
Total do ativo não circulante		80.285	53.293	97.921	83.868	Total do passivo		89.868	80.952	18.061	44.966
Total do ativo		269.505	223.120	175.365	171.603	Total do passivo e patrimônio líquido		269.505	223.120	175.365	171.603

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Unisoja S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2019	2018	2019	2018	
Receita operacional líquida	23	151.788	145.869	12.615	72.817
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(15.156)	(17.135)	(730)	(10.943)
Lucro bruto		136.632	128.734	11.885	61.874
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(15.910)	(6.849)	-	(3.651)
Despesas administrativas e gerais	24	(82.132)	(75.355)	(7.292)	(38.798)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	386	(3.921)	273	(1.696)
Outras receitas operacionais	24	9.471	7.318	6.711	3.384
Outras despesas operacionais	24	(500)	(1.046)	(500)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		47.947	48.881	11.077	21.113
Receitas financeiras	25	10.510	3.608	6.124	1.468
Despesas financeiras	25	(6.363)	(2.484)	(1.746)	(1.811)
Financeiras líquidas		4.147	1.124	4.378	(343)
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	-	-	28.448	16.934
Resultado antes dos impostos		52.094	50.005	43.903	37.704
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.a	(4.012)	(10.642)	(3.922)	(3.718)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	1.451	1.248	238	491
Resultado do exercício		49.533	40.611	40.219	34.477
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		40.219	34.477	40.219	34.477
Acionistas não controladores		9.314	6.134	-	-
Resultado do exercício		49.533	40.611	40.219	34.477

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Unisoja S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Resultado do exercício	<u>49.533</u>	<u>40.611</u>	<u>40.219</u>	<u>34.477</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>49.533</u></u>	<u><u>40.611</u></u>	<u><u>40.219</u></u>	<u><u>34.477</u></u>
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	40.219	34.477	40.219	34.477
Acionistas não controladores	<u>9.314</u>	<u>6.134</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício	<u><u>49.533</u></u>	<u><u>40.611</u></u>	<u><u>40.219</u></u>	<u><u>34.477</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Unisoja S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
			legal	investimentos	retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2018	27.801	-	4.732	70.627	-	-	103.160	10.748	113.908
Aumento de capital em 05 de junho de 2018	58.473	-	-	(58.473)	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(2.812)	-	-	-	-	(2.812)	-	(2.812)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	34.477	34.477	6.134	40.611
Destinações do resultado do exercício									
Reserva legal	-	-	1.724	-	-	(1.724)	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.188)	(8.188)	(1.351)	(9.539)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	24.565	(24.565)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86.274	(2.812)	6.456	12.154	24.565	-	126.637	15.531	142.168
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	40.219	40.219	9.314	49.533
Destinações do resultado do exercício									
Reserva legal	-	-	2.011	-	-	(2.011)	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(9.552)	(9.552)	(2.512)	(12.064)
Reserva de Investimento e Capital de Giro	-	-	-	7.164	-	(7.164)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	21.492	(21.492)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	86.274	(2.812)	8.467	19.318	46.057	-	157.304	22.333	179.637

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Unisoja S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	49.533	40.611	40.219	34.477
Ajustes para:				-
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(386)	3.921	(273)	1.696
Depreciação e amortização	4.688	4.916	1.405	3.123
Amortização sobre arrendamento mercantil	3.156	-	-	-
Resultado na venda de imobilizado	751	7.305	433	6.158
Provisão para contingências	-	(6.604)	-	(2.966)
Ganho (perda) de participação acionária	(26)	-	(55)	-
Juros e variações monetárias e cambiais	-	-	(471)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	200	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(28.448)	(16.934)
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.012	10.642	3.922	3.718
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.451)	(1.248)	(238)	(491)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber e outros recebíveis	(14.247)	(26.242)	55.359	(9.377)
Estoques	(1.820)	(2.019)	3.297	(1.527)
Impostos sobre a renda e contribuições social a recuperar	6.326	(3.386)	1.976	(2.560)
Impostos a recuperar	(5.937)	(1.966)	(3.830)	(1.922)
Adiantamentos a fornecedores	(2.140)	(554)	(285)	136
Outros créditos	(717)	78	323	66
Fornecedores e outras contas a pagar	4.672	(255)	(3.295)	(2.893)
Adiantamento de clientes	(4.831)	4.390	(5.869)	4.390
Salários, férias e encargos sociais	1.160	8.752	(3.356)	2.004
Imposto sobre a renda e contribuições social	(12.005)	12.248	(8.631)	6.308
Obrigações fiscais	6.037	5.008	(3.070)	2.504
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.336)	(9.438)	(4.196)	(4.024)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	30.639	46.159	44.917	21.886
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em investida	-	(53)	-	(53)
Aquisição de imobilizado	(9.499)	(11.093)	(702)	(7.355)
Aquisição de intangível	(596)	(47)	-	65
Dividendos recebidos	(18)	-	205	172
Fluxo de caixa do movimento usado nas atividades de investimentos	(10.113)	(11.193)	(497)	(7.171)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Negociação de ações	-	(2.812)	-	(2.812)
Passivos de arrendamento pagos	(3.930)	-	-	-
Dividendos pagos	(13.563)	(1.305)	(11.960)	(1.198)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(17.493)	(4.117)	(11.960)	(4.010)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.033	30.849	32.460	10.705
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades em 1º de janeiro	64.864	34.015	16.317	5.612
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	67.897	64.864	48.777	16.317

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unisoja S.A. “Companhia” e “Controladora” é uma sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 15 de março de 1999, tendo sede e foro no município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. São seus objetivos sociais, fundamentalmente:

- (a) na dotação de recursos que gerem sustentabilidade a programas de pesquisa agropecuária;
- (b) no estabelecimento de *joint-ventures* para agregar genes biotecnológicos às variedades de soja e algodão licenciadas, bem como outras variedades;
- (c) na produção, comercialização e atividade de reembalagem de sementes por conta própria ou por licenciamento de terceiros;
- (d) na compra, venda e representação de insumos agrícolas;
- (e) no estabelecimento de acordos e parcerias com outras empresas ou entidades públicas ou privadas na área de genética ou biotecnologia;
- (f) no desenvolvimento de programas de pesquisa na área de genética de plantas e biotecnologia;
- (g) no licenciamento para produção e comercialização de sementes;
- (h) no apoio aos acionistas produtores com ações voltadas à comercialização;
- (i) na prestação de serviços de assistência técnica na produção agrícola e laboratorial e;
- (j) no estabelecimento de mecanismos de controle de qualidade dos produtos oferecidos no mercado.

No ano de 2019 ocorreram na Unisoja S.A. pouquíssimas atividades operacionais e no ano de 2020 ela passou a ser exclusivamente Holding.

O exercício social do Grupo encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista de controladas do Grupo.

Controlada	Cidade	Controle	Participação	
			2019	2018
TMG - Tropical Melhoramento e Genética S.A.	Cambé - PR	Direta	70%	70%
TNT - Tropical Novos Talentos S.A.	Rondonópolis-MT	Direta	99%	99%

a. TMG – Tropical Melhoramento e Genética S.A.

É uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de junho de 2004, tendo sede e foro no município de Cambé, Estado do Paraná.

São seus objetivos sociais, fundamentalmente:

- (a) desenvolver atividades de melhoramento e genética;
- (b) desenvolver e negociar germoplasma de plantas, buscando a melhoria genética pelo cruzamento artificial no Brasil e no exterior, podendo realizar atividades individualmente ou em parceria com outras instituições similares nacionais ou estrangeiras e dar sustentabilidade a pesquisa agropecuária;
- (c) estabelecer “*joint-ventures*” para agregar genes biotecnológicos às variedades de plantas devidamente licenciadas;
- (d) produzir e comercializar sementes de classes superiores por conta própria ou por licenciamentos a terceiros;
- (e) estabelecer acordos e parcerias com outras empresas ou entidades públicas ou privadas na área da genética ou biotecnologia;
- (f) desenvolver programas de pesquisas na área de genética de plantas e biotecnologia;
- (g) licenciamento para produção e comercialização de sementes;
- (h) apoiar os produtores licenciados, com ações voltadas à comercialização e marketing;
- (i) prestar serviços de assistência técnica e laboratorial na produção agrícola;
- (j) estabelecer mecanismos de controle de qualidade dos produtos oferecidos ao mercado;
- (k) participar no capital de outras sociedades;
- (l) importar e exportar sementes e materiais genéticos e;
- (m) promover ações voltadas à difusão de tecnologia.

b. TNT – Tropical Novos Talentos Participações S.A.

É uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída em 06 de janeiro de 2012, tendo sede e foro o município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.

- (a) Participação como sócia ou acionista no capital social de outras sociedades.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração e Conselho de Administração em 05 de agosto de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia e sua controladas no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 14** - vida útil do ativo imobilizado.

(ii) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos, passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 21** - instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

6.1 Arrendamentos

O Grupo adotou inicialmente o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes e não impacta o patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão rerepresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b) Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda terras e equipamentos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 7 (c) (i)). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor;
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)

O Grupo arrenda diversos equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1) imediatamente antes dessa data.

c) Impacto nas demonstrações financeiras

Impacto na transição

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo reconheceu ativos de direito de uso, reconhecendo o saldo em 1º de janeiro de 2019. O impacto na transição está resumido abaixo.

	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial CPC 06 (R2)	Saldo após adoção inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante	169.827	-	169.827
Total do ativo circulante	<u>169.827</u>	<u>-</u>	<u>169.827</u>
Realizável a longo prazo	13.515	-	13.515
Direito de uso	-	8.770	8.770
Demais ativos	39.778	-	39.778
Total do ativo não circulante	<u>53.293</u>	<u>8.770</u>	<u>62.063</u>
Total do ativo	<u>223.120</u>	<u>8.770</u>	<u>231.890</u>
Passivo			
Circulante	80.952	4.581	85.533
Total de passivo circulante	<u>80.952</u>	<u>4.581</u>	<u>85.533</u>
Não circulante	-	4.189	4.189
Total do passivo não circulante	<u>-</u>	<u>4.189</u>	<u>4.189</u>
Patrimônio líquido	<u>142.168</u>	<u>-</u>	<u>142.168</u>
Total do Passivo e Patrimônio líquido	<u>223.120</u>	<u>8.770</u>	<u>231.890</u>

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 0,96% ao mês para terras e imóveis e de 1,02% ao mês para veículos. O Grupo aplicou o CPC 47 - Receita de contrato com cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, cujos efeitos estão descritos a seguir.

6.2 ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 aplica-se para incertezas relacionadas aos tributos correntes e diferido. A interpretação especificamente requer que uma entidade determine se os tratamentos fiscais incertos devam ser considerados separadamente ou em conjunto com outros tratamentos fiscais incertos e assuma que a autoridade fiscal examinará todos os montantes que tenha direito a fiscalizar e tenha total conhecimento da respectiva informação.

A interpretação apresenta diretrizes para:

- Como a entidade deveria mensurar os montantes fiscais dependendo se é provável ou não que a autoridade fiscal irá aceitar o tratamento fiscal incerto; e
- Como a entidade deveria considerar mudanças nos fatos e circunstâncias a respeito das posições fiscais incertas.

O Grupo concluiu que o ICPC 22 não teve impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 6).

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre entidades do Grupo são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação em cada investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita operacional

Receita de contrato com cliente

(i) Venda de Produtos

Os clientes obtêm controle quando os produtos são entregues e aceitos nas dependências do mesmo ou retirados pelo cliente em suas dependências. Elas devem ser pagas normalmente, em 30 dias. Não há nenhum desconto padrão para as vendas e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como um obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47.

(ii) Royalties

Os licenciados obtêm autorização para multiplicar e comercializar a Tecnologia firmada em contrato de licenciamento aceito entre as partes. O reconhecimento da receita é efetuado conforme relatório de comercialização respeitando a data descritas no contrato. Não há nenhum desconto padrão para as vendas e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros ativos recebidos e provisões de juros;
- Juros passivos pagos e provisões de juros;
- Amortização ajuste ao valor presente;
- Outros receitas e despesas; e
- Variação cambial ativa e passiva.

A receita e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a

menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques mantidos pelo Grupo referem-se basicamente a insumos agrícolas, sementes e outros custos utilizados para desenvolvimento de melhoramento genético em plantas e para produção de sementes certificadas que serão comercializados na próxima safra 19/20.

O valor realizável líquido é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimado de conclusão e despesas de venda.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções, vistorias e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Bens de terceiros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Ativos intangíveis

(i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil estimada é a seguinte:

	Vida útil
<i>Software</i>	5 anos

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A conta a receber de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA –instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros,

ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, O Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Capital social

(i) Ações

As ações do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

I. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, O Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações; ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 365 dias.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 365 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

- Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de abril de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se

um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de abril de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental implícita como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental implícita obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de abril de 2019

Para contratos celebrados antes de 1 de abril de 2019, O Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(ii) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, O Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo

qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados e ou após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Banco conta movimento	488	387	193	143
Aplicações financeiras	67.409	64.477	48.584	16.174
Total	67.897	64.864	48.777	16.317

Os saldos mantidos em conta movimento estão livres de ônus ou garantias, com disponibilidade imediata podendo ser prontamente convertidos em montante conhecido como caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósitos bancários com remuneração média anual atrelada ao CDI de 5,95% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (6,14% a.a. em 31 de dezembro de 2018) e com previsibilidade de resgate imediato.

A exposição do Grupo a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão divulgados na nota explicativa 21.

11 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber - Mercado interno	69.443	22.311	6.800	7.568
Contas a receber - Mercado interno - partes relacionadas (nota 27)	39.834	59.476	12.336	52.992
Contas a receber - Mercado externo	7.916	12.716	-	-
Outras contas a receber (nota 27)	-	-	9.833	-
Contas a receber - Mercado externo - partes relacionadas (nota 27)	5.493	13.935	-	13.935
Total	122.686	108.438	28.969	60.560
(-) Provisão de perdas por redução ao valor recuperável	(11.260)	(11.646)	(8.250)	(8.523)
Total	111.425	96.792	20.719	65.972
Circulante	104.411	87.237	13.705	56.417
Não circulante	7.014	9.555	7.014	9.555

A composição dos saldos por idade de vencimentos está assim apresentada:

	Consolidado	
	2019	2018
<i>Contas a receber - a vencer</i>		
A vencer até 90 dias	46.909	41.369
A vencer de 91 a 180 dias	24.324	41.434
A vencer de 181 a 360 dias	25.536	10
A vencer acima de 360 dias	7.014	9.555
Total	103.783	92.368
<i>Contas a receber - vencidos</i>		
Vencidos até 90 dias	1.177	2.171
Vencidos de 91 a 180 dias	86	2.079
Vencidos de 181 a 360 dias	200	174
Vencidos acima de 360 dias	17.439	11.646
Total	18.902	16.070
Total	122.685	108.438

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade do Grupo, não receber valores decorrentes de *Royalties* de empresas que entraram Recuperação Judicial. Para atenuar esse risco, o Grupo adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito. Para todos os clientes acionistas e requisitado garantia no montante igual ao valor do crédito tomado junto a Companhia.

As perdas estimadas são calculadas com base em títulos vencidos há mais de 365 dias, com exceção ao clientes em recuperação judicial no qual a provisão é realizada de acordo com as condições definidas no plano de recuperação judicial, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração do Grupo como

suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica “Provisão para perda estimada de crédito” são revertidos contra a perda constituída.

A movimentação da provisão para perda estimada de crédito está assim representada:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2018	7.975	7.078
Constituição de provisão para perda no exercício	3.671	1.445
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.646	8.523
Reversão de provisão para perda no exercício	(386)	(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.260	8.250

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, está divulgada na nota explicativa 21

12 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	2.819	1.036	-	222
Insumos grícolas	3.029	2.932	-	2.916
Almoxarifado	221	281	-	159
Total	6.069	4.249	-	3.297

Em 31 de dezembro de 2019 a controladora passou a operar como *holding*, dessa forma todo o saldo em estoque foi transferido para sua controlada.

13 Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 28.448 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (ganho de R\$ 16.934 em 31 de dezembro de 2018) de equivalência patrimonial de suas controladas.

a. Composição dos investimentos – Controladora

	Controladora	
	2019	2018
Investimento avaliado método de equivalência patrimonial		
TMG – Tropical Melhoramento e Genética S.A.	62.531	42.641
TNT - Tropical Novos Talentos S.A.	4.700	2.878
Total	67.231	45.519

Investimento avaliado método de custo		
Cergro	57	57
Sicredi	404	364
Coopercotton	57	57
	<u>518</u>	<u>478</u>
Total	<u>518</u>	<u>478</u>
Total dos investimentos	<u><u>67.749</u></u>	<u><u>45.997</u></u>

b. Movimentação dos investimentos – Controladora

	<u>TMG</u>	<u>TNT</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018	30.194	2.414	32.608
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(3.877)	(146)	(4.023)
Resultado da equivalência patrimonial	16.324	610	16.934
	<u>42.641</u>	<u>2.878</u>	<u>45.519</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>42.641</u>	<u>2.878</u>	<u>45.519</u>
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(6.194)	(574)	(6.768)
Ganho na mudança de participação	-	32	32
Resultado da equivalência patrimonial	26.084	2.364	28.448
	<u>26.084</u>	<u>2.364</u>	<u>28.448</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>62.531</u></u>	<u><u>4.700</u></u>	<u><u>67.231</u></u>

c. Dados sobre as participações – Controladora

	<u>Participação</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>	<u>Lucro</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
31 de dezembro de 2019													
TMG – Tropical Melhoramento e Genética S.A.	70%	70.000	131.654	49.594	181.249	79.458	12.460	91.919	89.330	139.173	(101.912)	37.256	26.084
TNT - Tropical Novos Talentos S.A.	99,99%	1.199.880	957	4.468	5.435	734	-	734	4.701	2.372	(7)	2.365	2.364
Total		1.269.880	132.661	54.062	186.684	80.912	12.460	92.653	94.031	141.545	(101.919)	39.621	28.448
31 de dezembro de 2018													
TMG – Tropical Melhoramento e Genética S.A.	70%	70.000	86.806	14.943	101.749	40.827	-	40.827	60.922	73.051	(49.731)	23.320	16.324
TNT - Tropical Novos Talentos S.A.	99%	1.188.000	3.053	-	-	-	-	146	2.907	616	-	616	610
Total		1.258.000	89.859	14.943	101.749	40.827	-	40.973	63.829	73.667	(49.731)	23.936	16.934

d. Composição dos investimentos – Consolidado

	Controladora	
	2019	2018
Investimento avaliado método de custo		
Cergro	57	57
Sicredi	409	365
Cooper cotton	57	57
Total	523	479

14 Imobilizado

	Consolidado			
	2019	2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	26.030	(7.187)	18.843	16.727
Veículos	1.345	(869)	476	1.686
Equipamentos de informática e outros	2.842	(1.316)	1.526	1.891
Móveis e utensílios	1.826	(439)	1.387	1.460
Construções em andamento	2.452	-	2.452	743
Instalações	148	(17)	131	1
Bens de terceiros	3.930	(1.353)	2.577	2.734
Imóveis	2.522	-	2.522	2.522
Edificações	12.042	(1.388)	10.654	10.725
Adiantamento para aquisição de imobilizado	2.276	-	2.276	-
Total	55.413	(12.259)	42.844	38.489

	Controladora			
	2019	2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	4.920	(1.234)	3.686	10.591
Veículos	749	(517)	232	1.163
Equipamentos de informática e outros	443	(244)	199	1.502
Móveis e utensílios	200	(55)	145	966
Bens de terceiros	1.488	(353)	1.135	1.195
Imóveis	2.522	-	2.522	2.522
Edificações	8.051	(1.052)	6.999	7.321
Total	18.373	(3.455)	14.918	25.260

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	39.617	27.186
Adições	11.093	7.357
Baixas	(7.305)	(6.158)
Depreciação	(4.916)	(3.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	38.489	25.260
Adições	9.499	702
Baixas	(612)	(9.657)
Depreciação	(4.532)	(1.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	42.844	14.918

Provisão para redução ao valor recuperável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade do teste de recuperabilidade.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<i>Royalties</i> a pagar	341	3.125	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14.791	7.335	745	4.040
Total	15.132	10.460	745	4.040

A exposição do Grupo para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 21.

16 Salários, férias e encargos sociais

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Programa participação no resultado	5.963	5.700	-	1.602
Provisão de férias	2.514	2.295	-	702
INSS a recolher	726	1.274	-	393
Salários	1.433	1.157	-	356
Encargos sobre férias	2.049	1.078	128	429
Outros despesas	17	38	-	2
Total	12.702	11.542	128	3.484

17 Obrigações fiscais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Cofins a recolher	15.589	10.383	3.352	5.870
Pis a recolher	3.377	2.253	724	1.274
Outros impostos a recolher	156	449	1	3
Total	19.122	13.085	4.077	7.147

18 Provisão para contingências

O Grupo, baseado na opinião de seus consultores jurídicos externos e no seu histórico, avalia remota de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

O Grupo e a controladora considera não existir riscos classificados como provável e, desta forma, não constituiu provisão em 31 de dezembro de 2019 (não existir riscos em 2018).

Contingências passivas não provisionadas

O Grupo considera não existir contingências passivas classificadas como risco possível em 2019 (não existir riscos em 2018).

19 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito no valor de R\$ 86.274 (R\$ 86.274 em 2018) e está representado por 5.560.356 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 15,52 (Quinze Reais e Cinquenta e Dois Centavos), as quais foram integralmente subscritas e integralizadas.

A composição do capital social é conforme a seguir:

	2019		2018	
	(Ações)		(Ações)	
	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade
Girassol Agrícola LTDA	18,33%	1.019.319	18,33%	1.019.319
ATTO Agrícola Ltda	16,27%	904.396	-	-
Adriana Agrícola Ltda.	-	-	16,27%	904.396
Bom Futuro Agrícola Ltda	15,32%	851.661	15,32%	851.661
Agropecuária Maggi Ltda	11,19%	622.008	11,19%	622.008
Nelson José Vigolo	7,43%	413.355	7,43%	413.355
Rudolf Thomas Maria Aernoudts	5,20%	289.081	5,20%	289.081
Celso Griesang	3,65%	203.177	3,65%	203.177
Ivo Luiz Ruaro	2,82%	157.069	2,82%	157.069

Agropecuária Germinare Ltda	2,51%	139.463	2,51%	139.463
Inacio Camilo Ruaro	2,10%	116.854	2,10%	116.854
Roland Trentini	1,75%	97.185	1,75%	97.185
Sérgio Costa Beber Stefanelo	1,49%	82.729	1,49%	82.729
Orlando Henrique Ferrari Polato	1,25%	69.445	1,25%	69.445
Campeã Agronegócios LTDA ME	1,13%	63.103	1,13%	63.103
Outras	9,56%	531.511	9,56%	531.551
	100%	5.560.356	100,00%	5.560.356

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

c. Retenções para investimentos

A reserva de 25% para Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de sociedades controladas e coligadas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe para reserva de retenção de lucros o saldo de lucros acumulados, se houver, que será deliberado pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, quando da aprovação das demonstrações financeiras.

e. Dividendos obrigatórios

De acordo com o Art. 18 do Estatuto Social do Grupo e Art. 202 da Lei 6.404/76 é computado 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, após constituição da reservas, inclusive a reserva de incentivos fiscais, como dividendos obrigatórios.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	<u>2019</u>
Resultado do exercício	40.219
(-) Reserva legal (5%)	(2.011)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimo obrigatório	38.208
Total	9.552

20 Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Total do passivo	89.868	80.952	18.061	44.966
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.897)	(64.864)	(48.777)	(16.317)
(=) Passivo líquido (A)	21.971	16.088	(30.716)	28.649
Total do patrimônio líquido (B)	179.637	142.168	157.304	126.637
Relação da dívida líquida pelo patrimônio (A/B)	0,12	0,11	(0,20)	0,23

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

<u>Consolidado</u>	Nota	Hierarquia de		Categoria dos	2019	2018
		valor justo	instrumentos financeiros			
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	10	2	Valor justo no resultado		67.409	64.777
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	Custo amortizado		488	387
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	Custo amortizado		111.425	96.792
Outros créditos	-	-	Custo amortizado		1.291	574
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	15	-	Outros passivos financeiros		15.132	10.460
Passivos de arrendamento	26	-	Outros passivos financeiros		17.706	-
<u>Controladora</u>	Nota	Hierarquia de		Categoria dos	2019	2018
		valor justo	instrumentos financeiros			
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	10	2	Valor justo no resultado		48.584	16.174
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	Custo amortizado		193	143
Contas a receber e outros recebíveis	11	-	Custo amortizado		20.719	65.972
Outros créditos	-	-	Custo amortizado		11	335
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	15	-	Outros passivos financeiros		745	4.040

b. Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019

c. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(iii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos derivativos realizados junto às instituições financeiras.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A análise do Grupo inclui avaliações externas, como referências bancárias, referências comerciais, capacidade de pagamento, endividamento, assim estabelecendo parâmetros para concessão de crédito, amparados por consultas a órgãos de monitoramento e proteção ao crédito.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização e o critério foi definido pela administração. Com base no histórico que o Grupo possui, não são esperados perdas superiores ao provisionados.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo

manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado. Quando da aplicação inicial do CPC 48, o Grupo não há provisão para redução ao valor recuperável a ser constituídas em 31 de dezembro de 2018.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	67.897	64.864	48.777	16.317
Contas a receber e outros recebíveis	11	111.425	96.792	20.719	65.972
Outros créditos		1.291	574	11	335
Total		180.613	162.230	69.507	82.624

(i) ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição a risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Passivos de arrendamentos	26	17.706	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	15	15.132	10.460	745	4.040
Total		32.838	10.460	745	4.040

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(i) ***Riscos de mercado***

O risco de mercado é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de variação cambial e risco de preços dos produtos e insumos. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

Risco cambial

O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam gerar prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações.

A exposição do Grupo está substancialmente atrelada ao dólar americano (USD)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros				
Contas a receber - Mercado externo	13.408	26.651	-	13.935
Passivos financeiros				
Contas a pagar - Mercado externo	6.274	1.453	-	1.453

Análise de sensibilidade de câmbio

O Grupo adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo.

O cenário provável foi definido internamente pelo Grupo e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em 25% e 50%, respectivamente.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2019 em cada um dos cenários.

Cenários

	Provável R\$ mil	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Contas a receber - Mercado externo	13.408	3.352	6.704	(3.352)	(6.704)
Passivos					
Contas a pagar - Mercado externo	6.274	1.569	3.137	(1.569)	(3.137)
Efeito líquido no resultado	7.134	1.783	3.567	(1.783)	(3.567)

Risco de taxa de juros

O Grupo possui aplicações indexados à variação do CDI expondo esses ativos e passivos às flutuações das taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Ativo financeiros					
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	10	67.409	64.477	48.584	16.174

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	67.409	CDI	4,50%	3.033	5,63%	3.792	6,75%	4.550
Ativos e passivos financeiros líquidos	67.409			3.033		3.792		4.550
Total						758		1.517

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em		Variação do índice em	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras - Caixa e equivalentes de caixa	67.409	CDI	4.50%	3.033	3.38%	2.275	2,25%	1.517
Ativos e passivos financeiros líquidos	67.409			3.033		2.275		1.517
Total						(758)		(1.517)

(i) ***Risco operacional***

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores

externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de cópia genéticas

Os riscos de cópia genéticas são riscos inerentes atividade do Grupo, uma vez que o controle sobre a comercialização de sua variedade de sementes é limitado aos multiplicadores. O Grupo diminui os riscos associados adotando procedimentos operacionais como a contratação de consultorias externa, para realização de inventários e pesquisas de mercado em relação a comercialização de sua variedade de sementes.

Riscos ambientais e sanitários

Os riscos ambientais e sanitários são riscos inerentes atividade do Grupo e estão sujeitas as regulamentações dos órgãos ambientais sanitários. O Grupo diminui os riscos associados adotando procedimentos operacionais e controles rígidos de qualidade.

22 Imposto de renda e contribuições social – correntes e diferidos

a. Conciliação do impostos de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.094	50.005	43.903	37.704
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(17.712)	(17.002)	(14.927)	(12.819)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Benefício Fiscal – Lei do Bem	11.569	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	9.672	5.758
Outras adições (exclusões) liquidadas	3.582	7.608	1.571	3.834
	(2.561)	(9.394)	(3.684)	(3.227)
Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.012)	(10.642)	(3.922)	(3.718)
Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.451	1.248	238	491
Aliquota efetiva	5%	19%	8%	16%

b. Imposto de renda e contribuição social corrente no passivo

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ a recolher	8.861	19.288	2.338	8.895
CSLL a recolher	3.111	7.013	792	3.140
Total	11.972	26.301	3.130	12.035

c. Imposto de renda e contribuição social diferido apresentado no balanço patrimonial são compostos como segue:

Consolidado	Ativo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018
Natureza ativa				
Ajuste CPC 06 – Arrendamentos	1.141	-	1.141	-
Diferença de vida útil do imobilizado	441	-	441	-
Perda de crédito esperada	3.829	3.960	(131)	1.248
Ativo não circulante	5.411	3.960	1.451	1.248
Controladora	Ativo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018
Natureza ativa				
Diferença de vida útil do imobilizado	331	-	331	-
Perda de crédito esperada	2.805	2.898	(93)	491
Ativo não circulante	3.136	2.898	238	491

A Administração do Grupo considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

23 Receita operacional líquida

a. Fluxo de receitas

As receitas operacionais do Grupo são provenientes principalmente por (i) Royalties oriundos de variedades de sua propriedade, (ii) parcerias firmadas com Bayer (Intacta, Bollgard II) e Corteva (Widestrike), (iii) comercialização de sementes certificadas da cultura de soja. Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Royalties soja	65.531	62.091	245	13.303
Royalties algodão	34.912	59.730	12.771	47.014
Sementes de soja	5.462	13.439	-	8.097
Taxa Tecnológica CS	50.516	12.404	-	-
Sementes de algodão	8.303	8.754	931	8.755
Grãos soja	1.185	1.061	73	622
Royalties SCP	610	647	-	-
Outras Receitas Operacionais	807	301	421	301
(-) Devoluções de vendas	(623)	(1.349)	(191)	(1.120)
(-) Impostos sobre as vendas	(14.915)	(11.209)	(1.635)	(4.155)
Total	151.788	145.869	12.615	72.817

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

24 Custos e despesas operacionais por natureza

a. Despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	(48.661)	(42.508)	591	(21.869)
Serviços de Terceiros	(13.782)	(10.750)	(2.286)	(3.829)
<i>Royalties</i>	(769)	(2.767)	-	(598)
Materia prima e serviço	(8.600)	(12.860)	(730)	(9.272)
Insumos Agrícolas	(8.406)	(5.408)	(2.788)	(3.973)
Alugueis e locações	(3.518)	(4.929)	(160)	(2.963)
Depreciação	(4.532)	(4.771)	(1.387)	(3.125)
Despesas com viagens	(4.018)	(2.749)	(128)	(1.674)
Manutenção de veículos	(2.612)	(2.598)	(276)	(1.805)
Despesas Comerciais	(2.599)	(2.238)	(93)	(1.081)
Despesas com vendas	386	(3.670)	273	(1.445)
Materiais de Pesquisa	(3.221)	(1.993)	101	(945)
Despesas Administrativas	(1.140)	(1.793)	(280)	113
Fretes e Carretos	(2.129)	(1.401)	(264)	(1.128)
Manutenção Máquinas	(3.120)	(1.323)	(116)	(762)
Manutenção de sede	(1.142)	(678)	(20)	(247)
Amortização	(156)	(158)	(17)	(65)
Amortização – direito de uso	(3.156)	-	-	-
Impostos e Taxas	(1.235)	(370)	(62)	(170)
Analises e testes	(200)	(139)	(85)	(134)
Materiais Copa Cozinha	(202)	(157)	(22)	(116)
Total	(112.812)	(103.260)	(7.749)	(55.088)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(15.156)	(17.135)	(730)	(10.943)
Despesas com vendas	(15.910)	(6.849)	-	(3.651)
Despesas administrativas e gerais	(82.132)	(75.355)	(7.292)	(38.798)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	386	(3.921)	273	(1.696)
Total	(112.812)	(103.260)	(7.749)	(55.088)

b. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Créditos extemporâneo (a)	5.684	-	4.083	-
Reversão provisão contingência (b)	-	6.604	-	2.966
Outras vendas de estoques	1.876	-	1.377	-
Outras	1.089	196	397	230
Venda de ativo imobilizado	822	518	854	188
	9.471	7.318	6.711	3.384
Outras receitas				
Outras	-	(1.046)	-	-
Doação	(500)	-	(500)	-
	(500)	(1.046)	(500)	-
Outras despesas				
	8.971	6.272	6.211	3.384
	8.971	6.272	6.211	3.384

(a) Durante o exercício corrente o Grupo realizou revisão dos impostos sobre renda dos últimos anos, sendo apurados créditos extemporâneos substancialmente da Lei do Bem.

(b) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas reconheceram a reversão de provisão para contingência que havia reconhecida indevidamente em exercícios anteriores, no montante de R\$ 2.966 e R\$ 6.604 respectivamente, integralmente no resultado do exercício corrente, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro.

25 Financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.405	2.092	2.025	712
Descontos obtidos	376	69	16	3
Juros ativos	2.766	357	2.586	183
Variação cambial ativa	3.963	1.090	1.497	570
Total	10.510	3.608	6.124	1.468

Despesas financeiras				
Juros passivos	(1.437)	(1.889)	-	(1.379)
Descontos concedidos	(555)	(219)	(400)	(207)
Variação cambial passiva	(3.105)	(152)	(980)	(128)
Outras despesas financeiras	(1.266)	(224)	(366)	(97)
Total	(6.363)	(2.484)	(1.746)	(1.811)
Financeiras líquidas	4.147	1.124	4.378	(343)

26 Arrendamentos

(a) Arrendamentos como arrendatário CPC 06(R2)

A Companhia arrenda terras e equipamentos. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo.

(i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados em rubrica específica.

Categoria	Adoção Inicial	Adição	Amortização	Saldo em 31.12.2019
Terras	5.943	4.594	(1.177)	9.360
Imóveis	806	3.151	(466)	3.491
Veículos	2.021	4.920	(1.513)	5.428
Total	8.770	12.665	(3.156)	18.279

(ii) *Passivo de arrendamento*

Categoria	Adoção Inicial	(-) Ajuste a valor presente da adoção inicial	Saldo em 01.01.2019	Adição	(-) Ajuste a valor presente	Pagamentos	Juros	Saldo em 31.12.2019
Terras	8.412	(2.469)	5.943	7.743	(3.149)	(1.652)	90	8.975
Imóveis	1.098	(292)	806	4.015	(864)	(543)	21	3.435
Veículos	2.316	(295)	2.021	5.901	(980)	(1.735)	89	5.296
Total	11.826	(3.056)	8.770	17.659	(4.993)	(3.930)	200	17.706

Classificados no circulante **5.246**

Classificados no não circulante **12.460**

(iii) *Opções de prorrogação*

Alguns arrendamentos de propriedades contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

27 Partes relacionadas

Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração de pessoal chave da administração

A Administração possui a autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo. No exercício de 2019 foram pagos R\$ 2.945 (em 2018 R\$ 2.234).

O Grupo não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

O Grupo fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, previdência privada e o fornecimento de vale alimentação.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações relacionadas ao centro de custo desenvolvimento de mercado, no qual as despesas foram realizadas no decorrer do ano pela

UNISOJA, sendo reembolsadas em 50% pela TMG, estes custos referem-se a ressarcimento despesas com pessoal, viagens e representações, insumos agrícolas entre outros.

CONSOLIDADO	Nota	Ativo		Resultado	
		2019	2018	2019	2018
Contas a receber - Mercado interno - Acionistas	10				
GIRASSOL AGRICOLA LTDA		6.124	4.422	7.658	6.713
BOM FUTURO AGRICOLA LTDA		3.815	3.878	13.597	13.895
ROLAND TRENTINI		5.386	4.909	2.174	1.320
ORLANDO HENRIQUE FERRARI POLATO		1.828	428	2.826	953
AGROPECUARIA MAGGI LTDA		2.009	1.119	5.925	5.102
CELSO GRIESANG		1.160	503	2.673	4.996
CAMPEÃ AGRONEGOCIOS LTDA - ME		879	158	1.083	430
ATTO AGRICOLA LTDA.		330	-	2.748	1.707
CLAIDES LAZARETTI MASUTTI		643	156	1.856	448
INACIO CAMILO RUARO		691	486	2.309	1.925
C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL		451	-	1.151	1.015
VINICIOS TOMAZETTI		255	562	1.230	1.445
NILSON MULLER		727	2.416	-	2.269
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA		13.442	14.007	9.367	7.732
LAERTE BAECTHOLD		1.637	-	1.859	-
ODILIO BALBINOTTI FILHO		-	-	-	1.899
OUTRAS PARTES RELACIONADAS		456	26.432	3.477	3.754
Total		39.833	59.476	59.933	55.603
		-		-	
Contas a receber - mercado externo - Acionistas	10				
GIRASSOL AGRICOLA LTDA		2.654	4.396	2.249	6.142
BOM FUTURO AGRICOLA LTDA		1.620	3.570	1.620	4.093
CELSO GRIESANG		759	488	759	8.937
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA		61	2.306	61	6.830
LAERTE BAECTHOLD		149	-	149	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS		250	3.175	249	671
Total		5.493	13.935	5.087	26.673
CONTROLADORA	Nota	Ativo		Resultado	
		2019	2018	2019	2018
Contas a receber - Mercado interno - Acionistas	10				
GIRASSOL AGRICOLA LTDA		-	4.078	916	6.017
BOM FUTURO AGRICOLA LTDA		274	3.604	4.462	11.672
ROLAND TRENTINI		2.902	2.942	-	751
ORLANDO HENRIQUE FERRARI POLATO		-	312	-	610
AGROPECUARIA MAGGI LTDA		-	800	1.977	4.158
CELSO GRIESANG		-	388	348	4.696
CAMPEÃ AGRONEGOCIOS LTDA - ME		-	117	-	166
ATTO AGRICOLA LTDA.		-	-	-	1.707
CLAIDES LAZARETTI MASUTTI		-	56	-	249
INACIO CAMILO RUARO		-	243	-	1.002
VINICIOS TOMAZETTI		-	288	-	672

NILSON MULLER	727	733	-	600
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA	8.433	13.404	(423)	5.618
LAERTE BAECTHOLD	-	-	82	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS	-	26.026	837	2.541
Total	12.336	52.992	8.199	40.459

	Nota	Ativo		Resultado	
		2019	2018	2019	2018
CONTROLADORA					
Contas a receber - mercado externo - Acionistas	10				
GIRASSOL AGRICOLA LTDA		-	4.396	-	6.142
BOM FUTURO AGRICOLA LTDA		-	3.570	-	4.093
CELSO GRIESANG		-	488	-	8.937
BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA		-	2.306	-	6.830
LAERTE BAECTHOLD		-	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS		-	3.175	-	671
Total		-	13.935	-	26.673

	Ativo		Passivo	
	2019	2018	2019	2018
Dividendos a receber e a pagar - Acionistas				
ATTO Agricola Ltda	-	-	1.569	2.010
Agropecuária Maggi Ltda	-	-	1.079	1.382
Bom Futuro Agrícola Ltda	-	-	1.477	1.893
Girassol Agricola LTDA	-	-	1.768	2.266
Nelson José Vigolo	-	-	717	919
Rudolf Thomas Maria Aernoudts	-	-	501	643
TMG Tropical Melhoramentos e Genética S.A.	9.847	3.877	-	-
TNT Tropical Novos Talentos S.A.	721	146	-	-
Outros Acionistas	-	-	2.720	3.128
Total	10.568	4.023	9.831	12.241

	Nota	Ativo		Resultado	
		2019	2018	2019	2018
CONTROLADORA					
Outras contas a receber – venda de imobilizado	10				
TMG Tropical Melhoramentos e Genética S.A		9.833	-	9.833	-

28 Eventos subsequentes

Aspectos sobre a COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes em 2020 nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Com base nas demonstrações financeiras e operacionais disponíveis até a data da emissão destas demonstrações financeiras, apresentamos a seguir o resumo dos principais impactos em nossos resultados:

Os negócios da Companhia e suas controladas, até o momento, não foram afetados mesmo com a pandemia do Covid-19. A receita líquida acumulada entre janeiro e junho, ficou em linha com o mesmo período do ano anterior.

Os negócios da Companhia, até o momento, não foram afetados mesmo com a pandemia do Covid-19. A receita líquida acumulada entre janeiro e maio, ficou em linha com o mesmo período do ano anterior.

* * *

Diretoria

Odilio Balbinotti Filho-
Presidente Conselho de Administração;

Hugo de Carvalho Ribeiro –
Diretor Conselho de Administração;

Celso Griesang-
Diretor Conselho de Administração;
Gilberto Flávio Goelner – Diretor Conselho de Administração;

Marcelo Vendrame –
Diretor Conselho de Administração;

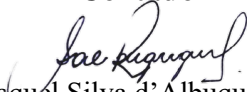
Arlindo Harada –
Diretor Conselho de Administração;

José Maria Bortoli –
Diretor Conselho de Administração;

Claudio Takeda –
Diretor;

Francisco José Soares Neto –
Diretor Presidente;

Contador


Raquel Silva d'Albuquerque
Contadorora
CRC MT009422O3